

PARECER/2019/23

I. Pedido

1. Através do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna foi solicitado parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) sobre o projeto de instalação, pela Polícia de Segurança Pública (PSP), de um sistema de videovigilância na cidade de Estremoz.

A utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento é regulada pela Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro.

A instalação de câmaras fixas, nos termos desta lei, está sujeita a autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança requerente, precedida de parecer da CNPD.

O pedido vem acompanhado de um documento do qual consta a fundamentação do pedido e a informação técnica do sistema, doravante designado por "Fundamentação".

II. APRECIÇÃO

1. Objeto do parecer a emitir nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro (doravante, Lei n.º 1/2005), o parecer da CNPD restringe-se à pronúncia sobre a conformidade do pedido com as regras referentes à segurança do tratamento dos dados recolhidos, bem como acerca das medidas especiais de segurança a implementar adequadas a garantir os controlos de entrada nas instalações, dos suportes de dados, da inserção, da utilização, de acesso, da transmissão, da introdução e do transporte e, bem como à verificação do cumprimento do dever de informação e perante quem os direitos de acesso e retificação podem ser exercidos.

De acordo com o disposto no mesmo preceito legal e nos n.ºs 4, 6 e 7 do artigo 7.º daquela lei, é também objeto do parecer da CNPD o respeito pela proibição de

instalação de câmaras fixas em áreas que, apesar de situadas em locais públicos, sejam, pela sua natureza, destinadas a ser utilizadas em resguardo ou a utilização de câmaras de vídeo quando a captação de imagens e de sons abranja interior de casa ou edifício habitado ou sua dependência.

Deve ainda a CNPD verificar se estão assegurados, a todas as pessoas que figurem em gravações obtidas de acordo com a presente lei, os direitos de acesso e eliminação, com as exceções previstas na lei.

Nos termos do n.º 7 do artigo 3.º do mesmo diploma legal, pode também a CNPD formular recomendações tendo em vista assegurar as finalidades previstas na lei, sujeitando a emissão de parecer totalmente positivo à verificação da completude do cumprimento das suas recomendações.

2. Videovigilância em locais públicos de utilização comum na cidade de Estremoz para a finalidade de proteção de pessoas e bens e prevenção de crimes

2.1. Ponto prévio

Não pode a CNPD deixar de assinalar não ser facto *notório*, ao contrário do que se afirma no pedido e respetiva fundamentação do Comando Distrital de Évora da PSP, que «*a confiança do cidadão nestes sistemas e na sua atualização tem vindo a crescer de forma significativa, existindo uma efetiva disponibilidade das pessoas para abdicar, na medida do necessário e em termos proporcionais, da sua privacidade em função da colocação de sistemas de videovigilância em espaços públicos, tendo consciência do seu potencial em matéria do aumento da sua segurança*» (cf. página 10 da Fundamentação). Na realidade, esta convicção carece de demonstração. Tanto mais que o número de participações e denúncias que os cidadãos apresentam à CNPD tem vindo a aumentar, revelando uma crescente consciência da importância da salvaguarda da sua privacidade, em especial no contexto dos espaços públicos. Considera, por isso, a CNPD que a alegada disponibilidade dos cidadãos para abdicar da privacidade não pode servir de fundamento para qualquer ponderação da proporcionalidade quanto à utilização do sistema de videovigilância descrito naquele pedido.

No mais, por não caber na competência que lhe está legalmente atribuída, a CNPD limita-se a assinalar que os concretos fundamentos da utilização da videovigilância ficam reduzidos a bem pouco, sobretudo considerando que a criminalidade diminuiu

significativamente no último ano na cidade de Estremoz, em especial no que diz respeito aos crimes contra as pessoas e contra o património – cuja prevenção é, recorde-se, a finalidade da instalação deste sistema de videovigilância (cf. página 10 da Fundamentação).

2.2. Os direitos de informação, de acesso e de eliminação dos dados

Em relação ao direito de informação, apesar de se declarar que os modelos de aviso e simbologia a utilizar respeita o estatuído na Portaria n.º 373/2012, de 16 de novembro, a CNPD chama a atenção para o facto de o direito de informação relativo a tratamentos de dados pessoais estar mais densificado na Diretiva (UE) 2016/680, de 27 de abril. Deste modo, quando for aprovada lei nacional que transponha a Diretiva, importará adequar os avisos às exigências nela definidas, recomendando-se que o conteúdo do direito de informação que não esteja vertido nos referidos avisos seja disponibilizado por outros meios adequados (*v.g.*, no sítio da Internet da PSP).

No que respeita aos direitos de acesso e eliminação dos dados, previstos no artigo 10.º da Lei n.º 1/2015, menciona-se na Fundamentação (página 14) a possibilidade do exercício do direito de acesso, identificando-se perante que agente da PSP o mesmo pode ser garantido.

2.3. Das características técnicas do equipamento

De acordo com o pedido (cf. página 6 da Fundamentação), pretende instalar-se um sistema composto por nove câmaras dispostas nas entradas históricas da cidade, na zona industrial e no centro da cidade, na principal praça pública.

Sublinha-se que o presente pedido vem acompanhado de uma descrição pormenorizada das características do equipamento, permitindo por isso à CNPD pronunciar-se sobre os diferentes aspetos de regime indicados no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 1/2015 e na Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro. Aqui serão especialmente destacadas as características suscetíveis de afetar a privacidade ou de não cumprir os níveis de segurança adequados.

- a. No que diz respeito à salvaguarda da privacidade e intimidade da vida privada, refere-se na Fundamentação que tanto as câmaras fixas como as que permitem

a rotação de 360º (denominadas câmaras móveis) não terão captação de som (cf. páginas 11 e 12 da Fundamentação).

Quanto às duas câmaras que permitem a rotação de 360º, uma das quais instalada no centro da cidade, afirma-se que serão configuradas com máscaras físicas de privacidade «*nas zonas onde for necessário (por exemplo, janelas, portas ou zonas privadas)*» – cf. página 12 da Fundamentação. Declara-se ainda que as câmaras 2, 4, 6 e 8 não captam o interior de casas ou locais habitados (cf. página 7 da Fundamentação). Considerando que a câmara n.º 3 não vem expressamente incluída neste grupo de câmaras, fica a dúvida sobre a sua capacidade para incidir sobre edifícios de habitação ou interior de outros edifícios. Não obstante, a consulta da imagem relativa ao ângulo de visão da câmara n.º 3, na página 20 da Fundamentação, indicia estar afastada essa possibilidade.

Indica-se ainda que «*as câmaras suportam zoom ótico de controlo remoto em zoom digital em qualquer zona da imagem*», mas que será aplicada tecnologia analítica de forma a “pixelizar” a imagem das pessoas, deste modo se limitando o impacto na privacidade (cf. páginas 11 e 12 da Fundamentação).

Assim, em face do declarado, a CNPD considera respeitado o disposto no n.º 6 e, em parte, o n.º 7 do artigo 7.º da Lei n.º 1/2005.

- b. No que diz respeito às condições de segurança do sistema, assinala-se a encriptação das câmaras bem como da transmissão das imagens entre as câmaras e o servidor, situado no centro de comando, recorrendo ao protocolo HTTPS (cf. páginas 12 e 13 da Fundamentação).

Refere-se ainda, a páginas 7 e seguintes da Fundamentação, que o sistema para gestão e controlo da gravação funciona em rede TCP/IP e que o controlo será realizado a partir de dois postos de controlo (um principal, e um secundário; este, situado na sala do servidor, serve para «análise de ocorrências de forma devidamente controlada e segura» «em caso de necessidade e em situações específicas»). Descrevem-se ainda medidas de segurança física e lógica.

- c. É ainda afirmado, na página 8 da Fundamentação, que o sistema permite a busca inteligente “Intellex Smart Search”, garantindo a possibilidade de se procurar imagens a partir de alertas pré-definidos.

Em relação a esta funcionalidade, a CNPD tem algumas reservas. Na realidade, o impacto da sua utilização na privacidade dos cidadãos pode ser significativo, sobretudo porque a sua utilização no contexto da videovigilância em espaços públicos (de acesso e circulação livres) para prevenção da criminalidade e segurança de pessoas e bens não se afigura justificada, em abstrato, desde logo no plano da adequação. É que esta funcionalidade parece ter reduzida utilidade no contexto deste sistema de videovigilância, não sendo evidente que tipo de alertas poderão ser pré-definidos tendo em conta aquela finalidade e as atribuições da PSP. Na verdade, o sistema de busca inteligente aqui indicado é mais adequado para vigilância de espaços cuja utilização seja proibida ou seja proibida em determinado período do dia – o que não se verifica nos espaços públicos aqui em vista, que são de acesso livre – ou no contexto da investigação criminal – função que não está a cargo da PSP.

Nessa medida, considerando a dificuldade em compreender a proporcionalidade da utilização da tecnologia Intellex Smart Search” no contexto deste sistema de videovigilância, desde logo a idoneidade ou adequação do mesmo à prossecução da finalidade de prevenção criminal e de segurança de pessoas e bens no espaço público, a CNPD recomenda que a utilização desta funcionalidade, bem como a pré-definição dos alertas que estão na base do seu funcionamento, sejam em concreto especificamente justificadas à luz do princípio da proporcionalidade.

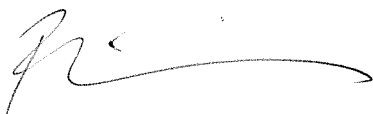
III. CONCLUSÃO

Não cabendo na competência que lhe está legalmente atribuída pronunciar-se sobre os concretos fundamentos da utilização da videovigilância na cidade de Estremoz, a CNPD limita-se a assinalar, com os argumentos acima expostos, que:

- a. Após a transposição da Diretiva (UE) 2016/680, de 27 de abril, no ordenamento jurídico nacional, importará adequar a garantia do direito de informação às exigências naquela definidas, recomendando-se que os elementos integradores do conteúdo deste direito que não estejam vertidos nos avisos de videovigilância sejam dados a conhecer aos cidadãos por outros meios adequados;
- b. Não sendo evidente a idoneidade ou adequação da utilização da funcionalidade “Intellex Smart Search” para a prossecução da finalidade de prevenção criminal

e de segurança de pessoas e bens no espaço público no contexto do presente sistema de videovigilância, a CNPD recomenda que a sua utilização, bem como a pré-definição dos alertas que estão na base do seu funcionamento, sejam em concreto especificamente justificadas à luz do princípio da proporcionalidade.

Lisboa, 23 de abril de 2019

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' followed by a long horizontal stroke that curves upwards at the end.

Filipa Calvão (Presidente)